



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1172/15	DATA: 14/07/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 12h17min	PÁGINAS: 36
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Diretor do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego.			
SUMÁRIO			
Discussão sobre políticas públicas voltadas para a profissionalização do egresso.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções fora do microfone. Inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, bom dia.

Declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos políticas públicas voltadas à profissionalização do egresso, com a exposição do Sr. Rafael Oliveira Galvão, Diretor do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Convido o Sr. Rafael Oliveira Galvão a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção dos presentes para os procedimentos que vamos adotar a partir de agora. O tempo concedido ao expositor será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ele ser aparteado em momento algum. Os Deputados presentes interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à nossa Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações. Cada Deputado membro inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações. Cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos para tecer considerações.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Rafael Oliveira Galvão.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e bom dia a todos da plateia e a quem nos assiste.

Primeiramente, quero agradecer o convite, em nome do Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho, que mandou um fraterno abraço a todos. Para nós, é um prazer estar aqui. Toda vez que isso for necessário, podem nos convocar, porque o Ministério do Trabalho estará aqui com todo o carinho e com toda a dedicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um tema muito rico esse da qualificação, profissionalização da população carcerária. Em tese, o sistema prisional é um sistema de correção. Aquele que, em algum momento na vida, cometeu algum erro contra a sociedade tem que ser colocado lá para ser corrigido. Infelizmente, o quadro no Brasil é um quadro muito deficiente nesse sentido, porque se vê que a maior parte das pessoas que estão presas tem o perfil, primeiro, de



homem, jovem, negro, sempre de periferia. A maior parte dos delitos cometidos por quem está preso é crime contra o patrimônio, depois, tráfico e, só então, homicídios.

Há uma desigualdade. Como eu sou carioca e gosto de samba, isso me faz lembrar do samba da Mangueira que diz assim: *“pergunte ao Criador quem pintou esta aquarela, livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela”*. A população negra é a que mais sofre com essa questão. E o que é importante hoje? Que haja políticas efetivas voltadas para a qualificação profissional dessa gente, para a elevação de escolaridade. Por exemplo, hoje nós temos o PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que tem essa modalidade, gerida pelo Ministério da Educação. É o PRONATEC voltado para o pessoal do sistema carcerário. Das 500 mil pessoas que habitam, vamos dizer assim, esse sistema, temos 21 mil vagas para este semestre pactuadas com o PRONATEC.

De repente seria interessante, Sr. Presidente, até uma conversa também com o pessoal do Ministério da Educação. Hoje, o Ministério do Trabalho, no que tange ao Departamento de Qualificação, está restrito a um orçamento pequeno que a gente está investindo na qualificação a distância, através da Universidade do Trabalhador, que pode também estar alcançando essa população. Pode alcançar as populações de vulnerabilidade social, em qualquer comunidade do Brasil, em qualquer área, através do sistema de satélite, através da plataforma que está sendo criada junto com a Universidade de Brasília, no Departamento de Arquitetura da Informação, pelo prof. Mamede, e com o Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, e pode ser implementado também junto à população carcerária.

Há algumas ações... há um projeto, que está sendo formulado através de uma parceria do Ministério do Trabalho e Emprego com o Conselho Nacional de Justiça, que torna esse público dos egressos do sistema carcerário prioritário. Ele está sendo formulado e está em vias de acontecer de fato. No mais, a gente tem que ter uma visão muito crítica, porque tudo o que tem sido feito está muito aquém daquilo que pode ser feito. Talvez a gente tenha que ter um olhar mais humanizado para aqueles que cometeram alguns delitos, certo? A gente tem que olhar para eles não como aqueles que têm que ser execrados na sociedade e colocados à parte, mas como aqueles que têm talentos, de que essa sociedade precisa e que podem ser trazidos de volta ao seu convívio. Na verdade, quem já foi de comunidade, quem já morou



em favela nessas áreas de vulnerabilidade social, percebe que o que leva um menino a entrar para o tráfico, por exemplo, nem é o dinheiro, é o *status*, é a sensação de poder, é a sensação de que ele é importante, porque, quando ele desce para o asfalto — vou usar um termo que é muito carioca, “quando desce para o asfalto”, porque a maioria das comunidades é do morro —, ele é invisível, ele não é visto. Ele só é visto no dia em que está com uma arma na mão. Então, a gente tem que mudar essa lógica, que é perversa.

Como é que você pode cobrar também de quem não tem acesso, que já tem uma família que é desestruturada, que não tem acesso à educação de qualidade? Porque o ensino público tem melhorado, mas está muito longe de ser aquilo que tem que ser. É a mesma postura, por exemplo, de alguém que mora em Ipanema, ou mora nos Jardins, ou mora no Lago Sul. Então, talvez essa questão do acesso às oportunidades, o mesmo acesso à qualificação do filho da classe média, seja dado a esse que está vindo de uma família mais humilde, mais simples. Ou, como diria o Prof. Darcy Ribeiro, talvez o que faltasse ao Brasil seria uma “ciepização” no Brasil, ou seja, ter escolas públicas gratuitas de qualidade, com ensino integral, que possam ter o filho do rico e o filho do pobre no mesmo pé de igualdade.

Então, hoje o que se tem, e o que se teve, foram algumas ações muito pontuais. E uma delas é também um trabalho que é feito através da equipe do prof. Paul Singer, lá no Ministério do Trabalho, chamado Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social — PRONACOOOP Social, de 2014, que atendeu a 7.891 pessoas e que trabalha justamente com esse público, promove a questão da economia solidária do cooperativismo para esse público que tem vulnerabilidade social de áreas de risco e também aos egressos do sistema prisional.

No mais, Sr. Presidente, eu acho que é preciso haver um esforço maior, até do próprio Estado brasileiro. E acho que esta Casa pode contribuir muito, através de leis, porque não é uma lei de Governo, não é um ato de Governo, mas um ato de Estado a gente olhar talvez para essa população com outros olhos. Você não pode olhar uma pessoa que está numa cela em que cabem 10 e em que colocam 38, 50 pessoas, que vive numa condição em que, em muitos zoológicos, nenhum animal vive, e querer que ela melhore. Se você não lhe der qualificação, se você não lhe



der instrução, se você não lhe der uma oportunidade de mudança, se ela não se enxergar diferentemente de como a sociedade a enxerga, eu acho que é muito — muito, muito — difícil a gente conseguir ressocializá-la, trazê-la de volta.

Pitágoras dizia que o homem é a medida de todas as coisas. Cada um tem a visão de mundo através dos seus próprios olhos. Talvez a gente precise ter uma visão mais humanizada dessa população, que precisa de fato ser trazida para o convívio da sociedade, porque são talentos e talentos que estão sendo desperdiçados — desperdiçados — e que podiam ser usados em prol da sociedade.

Mas, enfim, estamos à disposição dentro daquilo que a gente puder humildemente falar, colocar, expor. Talvez seja mais interessante abrir até para perguntas. O senhor fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem. Eu vou passar a palavra, então, ao Deputado Major Olimpio, que é o primeiro inscrito na manhã de hoje. As inscrições continuam abertas para os debates aqui.

Deputado Major Olimpio, por favor.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Parlamentares, nosso ilustre convidado, assessoria e aqueles que acompanham o trabalho desta CPI, nós acabamos de desembarcar, vindo de Belém do Pará, onde a CPI teve um dia intenso de atividade, não só de visita e inspeção, mas também de coleta de informações mais do que substanciais de autoridades do Executivo, do Legislativo, de segmentos da sociedade e também de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Logicamente isso vai instrumentalizar o relatório final desta CPI.

Lá, Sr. Presidente, com muita propriedade, foi colocado que, neste tripé basilar de sustentação da sociedade — saúde, educação e segurança —, à educação e à segurança já tem, no ordenamento jurídico brasileiro, a obrigatoriedade de destinação de recursos para prover tanto a saúde quanto a educação. Vamos analisar aqui o critério ou a quantidade, mas já existe previsão no ordenamento legal para que haja a obrigatoriedade da disponibilização de recursos orçamentários, por que não dizer dos fundos, pois, em relação à segurança, englobando o sistema prisional, nós temos o Fundo Nacional de Segurança Pública e nós temos o Fundo Penitenciário Nacional onde não há a obrigatoriedade mínima



da disponibilização desses recursos. Então, eu entendo que, como uma medida global, ou uma proposição de ordem geral da CPI, seria muito bem-vinda.

Em relação a um episódio lamentável que se passou lá ontem, faço questão de dizer à CPI que nós tivemos uma audiência pública na OAB, para ouvir segmentos da sociedade e essas autoridades. E lá nós tivemos, lamentavelmente, uma orquestração de hostilização ao Deputado Delegado Éder Mauro, por consequência ao Deputado Alberto Fraga, Presidente da CPI, e a mim. Um bando de bandidos disfarçados de defensores dos menores criminosos ou contrários à redução da maioria, num cenário que não era o objeto da discussão, claramente premeditado, organizados, com afrontas verbais, que na sequência seriam físicas ao Deputado Delegado Éder Mauro, simplesmente no momento em que se retirava do plenário. E, diga-se de passagem, ele não havia feito nenhuma manifestação ou ponderação, além do aceno, do cumprimento às pessoas que lá estavam. Mas, como aquilo foi montado para ser um escracho à presença dele, e por consequência a minha e a do Deputado Alberto Fraga, inflamou-se aquela orquestração de vândalos, obrigando o Deputado Alberto Fraga a tomar a corajosa decisão de encerrar os trabalhos antes de terminar a manifestação de todos os presentes.

Eu quero dizer a esta CPI que não se trata de apoiar ou não politicamente os Deputados Delegado Éder Mauro, Alberto Fraga ou a mim em função dos nossos posicionamentos. Nós estávamos ali na seriedade de um assunto dos mais delicados para a sociedade brasileira, e, numa hostilização orquestrada, premeditada, a Câmara dos Deputados, independentemente da posição, da ideologia do partido político, foi gravemente agredida. Não existe justificativa para aquela violência verbal e tentativa de violência física.

Não quero ponderar o uso da força porque, como eu disse lá e no plenário, bandido tem que ser tratado como bandido. Mas, se se efetivasse a violência física lá contra qualquer um dos servidores desta Casa ou dos Parlamentares, a atitude de bandido teria a resposta, a força necessária. Nenhum de nós foi lá para pugilismo, arroubos e valentia, nada disso. Mas eu faço questão de que esta CPI, que está próxima dos limites de prazo para encerrar, também faça constar no conteúdo do seu relatório nossa manifestação de repúdio ao episódio.



Não é possível compactuar com agressão verbal ou física a qualquer dos representantes da população. Não podemos admitir que as questões políticas locais permitam que se apresentem manifestações possivelmente orquestradas e pagas até por Parlamentares que têm suas contendas políticas locais com o Deputado Delegado Éder Mauro, porque se fere a soberania do Legislativo, porque se fere o que representa o Deputado para a população.

Quero dizer, em relação a trabalho, que esta CPI, Dr. Rafael, tem visitado unidades prisionais em todo o País. Ao ouvir o detento, o principal pedido que ele faz é justamente ter a possibilidade de trabalhar, de ter a remissão da pena até com seu trabalho. Os juízes de execução dizem: *“Seria necessário ter o trabalho para a remissão para possibilitar a preparação e até para a reinserção no contexto da sociedade”*. Assim, o Ministério Público, a Defensoria.

Mas o que nós verificamos em grande parte do País é uma total falta de estrutura ou até de possibilidade real, existindo pontualmente alguns pequenos núcleos onde se fazem atividades manufaturadas, como em Santa Catarina foi constatado um programa mais amplo em relação a isso. Mas não existe, por parte do Governo Federal, disponibilização de recursos, muito menos condição, por parte dos Governos Estaduais, para proverem minimamente a possibilidade de trabalhar, preparar ou conhecer uma atividade laborativa e tentar colocá-los para a vida.

Eu faço essas considerações a V.Sa. para que leve ao Ministro nossa preocupação, porque o trabalho, em relação ao sistema prisional, só existe pontualmente muito mais produto da vontade daquele gestor que individualmente vai buscar isso do que da menor disponibilização ou de qualquer programa público, seja no plano federal seja no plano estadual.

É necessário voltar sim à observação disso, para que o sistema que temos hoje, com mil, 1.500, 2 mil, até 2.500 presos nós chegamos a ver dentro de um único núcleo prisional, sem que nenhum faça nenhuma atividade laboral, porque ela não existe de fato... Isso deve demandar um programa para muitos anos para tentar se equalizar minimamente essa condição em relação ao estudo e ao emprego para o apenado.

Aqui fica minha consideração e sugestão para que seja levada ao Ministro do Trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem, Deputado Major Olimpio, nós vamos relatar de forma oficial os episódios ocorridos em Belém do Pará e registrar nesta CPI todos os fatos ali ocorridos.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que não são membros desta CPI que têm 3 minutos para as perguntas e aos que são membros que têm 5 minutos.

Eu passo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu acho este tema absolutamente fundamental. Eu penso que nós precisamos ter uma política própria para a inserção da população carcerária no mercado de trabalho, através de capacitação e planejamento. Eu acho que todo o sistema e todos os seus representantes em cada Estado deveriam ter um plano de inserção da população carcerária no mercado de trabalho, e isso pressupõe não apenas a disponibilidade de vagas em vários locais. Eu sugiro recomendar isso porque em vários locais, inclusive em Brasília, há destinação de percentual de contratação para as pessoas que são apenas, através de lei própria do Distrito Federal.

Eu acho que nós deveríamos sugerir que, a partir do relatório da CPI, para todas as contratações dos órgãos públicos, um percentual pudesse ser destinado aos apenados, porque nós sabemos que não existe política para egresso. Não existe política para egresso! É como se as pessoas cumprissem suas penas, e, saindo do regime fechado, fossem jogadas, e, como são jogadas sem qualquer tipo de acompanhamento, há tendência de reincidência muito grande no próprio sistema.

Nós temos um sistema carcerário que beira a condição medieval, sem oferta de trabalho e capacitação. Quando eu digo que deveriam ser elaborados planos, é porque cada local tem suas especificidades. Então, nós precisamos capacitá-lo naquilo que possa ser útil também para sua condição de egresso e que não apenas represente o trabalho no regime fechado ou semiaberto; capacitá-lo para ser introduzido no mercado de trabalho já na condição de egresso. Cada comunidade, ou cada Estado, tem suas especificidades que precisam ser consideradas — a prospecção de mercado, o perfil que se exige, o que está sendo demandado para a própria sociedade. A partir dessas realidades, nós podemos fazer planos de capacitação e inclusão no mercado de trabalho, a partir da condição de apenado e, às vezes, de privado de liberdade.



Digo isso porque por muito tempo houve programas como, por exemplo, costura de bola. Costuravam-se bolas dentro do sistema. É uma atividade que dificilmente será fonte de vida ou de renda para o egresso. Temos experiências que esta CPI deveria conhecer, como a da Cidade Estrutural, onde as pessoas aprenderam a costurar bola dentro do sistema prisional e, saindo, constituíram uma cooperativa, sem apoio nenhum do Estado. É muito importante que o Estado pudesse dar condições para que essa cooperativa pudesse se estruturar. Nós tivemos a oportunidade de visitá-la, pela Comissão de Direitos Humanos. Ela hoje abriga e dá renda para mais de 100 pessoas, acolhe os egressos e possibilita a interrupção da condição de eterna reincidência — porque a pessoa sai do sistema, não tem condições de viver fora do sistema, reincide e tende a reincidir cada vez mais, com o delito agravado. A discussão sobre o egresso é absolutamente fundamental.

Nós temos programas do Governo Federal, como o PRONATEC, que precisam ser implementados. Parte do PRONATEC deveria ser dedicada à população apenada, não apenas à população carcerária, que está no cárcere, mas a que está em condicional, em semiliberdade. O que não dá é para ter, como aqui em Brasília, uma unidade que trabalha com preso em semiliberdade, com mais de 100 pessoas sem emprego, e as pessoas todas saem para trabalhar. Aí as condições são adequadas ao fato de que o preso não fica no sistema — só vai dormir —, porque trabalha. Só que há 100 pessoas que ficam lá, sem ter absolutamente nada, inclusive porque a unidade prisional não é para quem vai ficar permanentemente lá, é pensada para as pessoas que passam o dia fora e só vão dormir.

Para tentar fechar, penso eu que nós deveríamos, no relatório da CPI, sugerir às unidades, aos Estados, um percentual das vagas para o serviço público para aqueles que estão apenados e que muitas vezes não recebem, porque, quando tem alguma coisa que não funciona, a primeira coisa que deixa de funcionar é o pagamento, por exemplo, dos que aqui são os conveniados com a FUNAP — Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. É a realidade de Brasília. São os apenados os primeiros que ficam sem receber, ficam de 3 a 5 meses sem receber, trabalham sem receber.



Pensem na situação, pensem no quanto isso é ruim para a sociedade, porque se o egresso não tem o apoio e a estrutura do Estado, deveria existir um serviço específico para acompanhá-lo. Não existe lugar no Brasil que sabe o que está acontecendo com esse egresso, o que aconteceu com ele, o que está fazendo da vida, onde está. Ele não tem acompanhamento. Nem o egresso do sistema prisional nem o egresso da medida socioeducativa, que é o adolescente, não têm esse acompanhamento.

Então, eu sugeriria a indicação de um percentual das vagas para o serviço público para os apenados.

Segundo, que nós pudéssemos sugerir que haja o planejamento em cada Unidade da Federação para uma proposta de emprego e renda para o apenado encarcerado e também para o egresso e que possa haver um sistema de acompanhamento do egresso. Acho que isso é absolutamente fundamental. O sistema não pode simplesmente tirar da prisão e não ter mais como acompanhar para reintroduzi-lo na sociedade.

Por fim, quero dizer que é muito importante que o Ministério do Trabalho apresente aqui os dados, porque eu não consegui detectar ainda. Quais são os dados? Quanto de PRONATEC está no sistema prisional? Quanto está sendo destinado? Quais são os programas que o Governo Federal tem? Nós falamos dos planos que devem ser feitos para cada Unidade da Federação, mas quais são os programas federais que o Governo Federal tem que podem ser transferidos e disponibilizados para as Unidades da Federação para que você tenha não apenas um processo?

Encerro, Sr. Presidente, porque sei que já extrapolei meu tempo. Mas que nós pudéssemos ter uma política de geração de renda para o encarcerado em que ele possa ver o que aprendeu dentro do próprio sistema sendo utilizado depois. Falo da costura de bola porque existe essa experiência positiva no Distrito Federal. Mas, via de regra, as pessoas costuraram bolas no presídio e não fazem nada com o aprendizado de costurar bolas quando saem. Então, você não faz capacitação naquele momento em que ele está aprisionado para que possa utilizar como autonomia e fator para a não reincidência.



Seriam essas as sugestões que eu teria. Mas acho muito importante, Dr. Rafael, que o Ministério do Trabalho faça um planejamento e tenha um programa dirigido aos apenados. Nós estamos falando de cerca de 700 mil presos, que, a continuar desse jeito, com essa tendência vertiginosa de encarceramento, em 2020 serão 1 milhão. Nós precisamos fazer com que essas pessoas passem pelo sistema e não reincidam, passem pelo sistema e possam interromper a trajetória delituosa e ressignificar suas vidas. Elas não farão isso se não houver uma política de geração de empregos, de renda, de trabalho, porque o trabalho ressignifica a própria vida, é algo absolutamente estruturante para o ser humano. A gente carrega as marcas — eu sou bancária há mais de 30 anos — do trabalho que exerce na vida, no dia a dia. Por isso ele é estruturante. Quem é radialista carrega as marcas de ser radialista para todas as atividades da vida, assim como outras profissões que nós temos em larga monta aqui neste Parlamento.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Eu queria dizer ao Deputado Major Olímpio da nossa preocupação com os fatos de ontem e trazer nosso apoio e respeito ao Deputado Delegado Éder Mauro, a esta CPI, que faz diferença nesta Casa hoje. Não podemos admitir que nossos Parlamentares e uma CPI, oficialmente instalada, sejam desrespeitados por quem quer que seja, por qualquer segmento social.

Deputado Major Olímpio, parabéns pelo trabalho que realizaram em Belém do Pará! Deputado Delegado Éder Mauro, parabéns pela defesa que faz às famílias, no combate efetivo ao crime! V.Exa., como delegado, combatia o crime 24 horas, assim como fazia o Deputado Major Olímpio em São Paulo. E hoje, nesta Casa, com mandato, realizam da mesma forma esse combate.

Deputada Erika Kokay, antes de se retirar, eu queria fazer algumas colocações rapidíssimas a respeito da sua fala. Eu estive ontem representando a nossa CPI, fazendo visitas a dois presídios em Minas Gerais. Fui à Penitenciária José Martinho Drumond, uma penitenciária comum, normal, com capacidade para 800 detentos, e hoje tem 2.020. Os agentes previstos para trabalhar naquela casa seriam 300, para cuidar de 800 presos. Hoje, são 400, para 2.020 presos. Mais, os



presos estão misturados nas celas — de estelionato, art. 171, à receptação, art. 180, à homicídio qualificado, art. 121, passando por latrocínio. Nós temos ali duas alas inimigas, que têm que tomar banho de sol em separado porque, se se encontrarem, haverá chacina dentro daquela penitenciária, haverá rebelião com mortes. Eles pediram aquilo que a senhora acabou de dizer, Deputada: chance para trabalhar. Eles querem trabalhar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O que mais o preso quer é trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Foram esses os maiores pedidos que ouvi inclusive em Pedrinhas, em São Luís do Maranhão, quando da visita da CPI. Eles também denunciaram penas já vencidas, sem a presença de defensores públicos. Tem preso lá que diz que há mais de 1 ano tenta ter seu direito, e não consegue.

Em compensação, estive na PPP, penitenciária público-privada, um convênio do Estado com uma empresa privada, a única PPP do País, e ali encontrei médicos, psicólogos, defensores, auxiliares de enfermagem e dentistas em regime de plantão 24 horas; cinco fábricas instaladas dentro do sistema, e três me chamaram a atenção. Fabricam bancos de couro para automóveis, gaiolas, que são vendidas no mercado central de Belo Horizonte, e uniformes esportivos e escolares. A reincidência lá é de 0,2%. Os presos, muitos deles, estudam no PRONATEC, a que a Deputada acabou de se referir.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - E isso me chamou a atenção. Cinco deles estudam por teleconferência. Um dos detentos está frequentando curso superior de Administração. Existem cursos profissionalizantes de informática, de pintura em telas para artesãos. As famílias são introduzidas no trabalho de ressocialização. Elas frequentam, em dias e horários predeterminados, levam os filhos, levam os pais. Quinhentos e sessenta deles já foram contratados por empreiteiras que estão realizando obras na BR-040, sem qualquer problema. E, após a saída, os egressos e os familiares acabam sendo acompanhados pelo sistema durante 6 meses.

Então, foram duas realidades que eu encontrei ali em Belo Horizonte.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se me permitem os Deputados, eu tive a oportunidade de, na CPI de Exploração Sexual, investigar um problema de exploração sexual que envolvia alguns políticos em Três Corações e de ir a Varginha, onde há um programa belíssimo sendo desenvolvido — é no seu Estado, Minas Gerais — com envolvimento da Igreja Católica, se não me falha a memória, muito maior do que do Estado. Ali as detentas cuidam dos próprios filhos. Existe como se fosse uma creche, onde são incorporadas. O nível de reincidência é praticamente nenhum. O nível de reincidência do detento que faz curso superior é zero. É zero! Não há notícia de uma pessoa que faz curso superior que reincida quando sai do sistema.

Portanto, essa experiência que V.Exa. citou e essa de Varginha, que é mantida pelo Poder Judiciário, enfim, é algo que a gente deveria também conhecer com mais profundidade. As pessoas ficam o tempo inteiro nessa unidade, uma unidade muito bonita, uma creche muito bonita. A gente tem que acabar com essa história de política pobre para o povo pobre; política pobre para o povo pobre para que ele não esqueça que é pobre e permaneça pobre. São boas as estruturas dessa creche, que incorporam o trabalho dessas mulheres e contribuem para a consolidação dos laços familiares, que são absolutamente fundamentais.

Então, eu acho que valeria a pena, senão a CPI, os Parlamentares de Minas Gerais irem a Varginha conhecer essa experiência, que me parece ser muito nova também. Minas Gerais faz escola e faz história também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito obrigado.

Só para registrar, eu apresentei nesta Casa dois projetos de lei, ambos destinando 10% das vagas nas empresas contratadas pelo Estado aos detentos maiores de idade e oficinas de trabalho e escolas aos menores de idade.

Passo a palavra agora ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, eu queria começar comentando seus dados sobre a PPP de Minas, que V.Exa. levantou. Uma diferença brutal na PPP de Minas é que faz parte do contrato, sob pena de multa pesada, que só pode ocupar 90% das vagas. V.Exa. trouxe outra realidade de 800 vagas, onde há 2.200. Na PPP, por contrato, não se podem ultrapassar 90% das vagas, e todo esse serviço é muito bem remunerado pelo Estado.



Assim, para compararmos resultados, precisamos também comparar o que se investe numa e o que se investe na outra. Então, todo médico, todo assistente social, tudo isso tem um custo que o Estado, por contrato, tem que pagar para a gestora dessa prisão, no modelo PPP. Aí voltamos para a questão central, que é que recurso nós temos para destinar para o sistema prisional, ampliando para a segurança pública como um todo.

O Deputado Major Olimpio começou sua exposição falando de recurso financeiro. Eu acho que nós temos que insistir, porque, nos vários espaços, nas várias Comissões em que estamos discutindo segurança pública, e é uma discussão transversal... Aqui é o sistema prisional que dialoga com todos os outros problemas da segurança pública, na outra é a minoridade que também dialoga com todos os outros problemas da segurança pública. Mas uma questão central fica de fora de tudo: o financiamento.

Então, a gente volta a 1988, à Constituinte, quando se estabeleceram constitucionalmente três direitos sociais fundamentais: segurança, saúde e educação.

A responsabilidade da segurança não pode ser compartilhada com a iniciativa privada, é obrigação exclusiva do Estado. Os Constituintes não se preocuparam em estabelecer a responsabilidade dos entes federados no financiamento do custeio dessa política social, desse direito social, direito básico.

Com relação à saúde e à educação, áreas divididas com a iniciativa privada, houve a preocupação, e constantemente — não estou questionando o caráter da necessidade de se discutir, mas apenas fazendo o paralelo — há discussão para garantir recursos para saúde e educação. E várias políticas públicas, como o PROUNI — Programa Universidade para Todos, por exemplo, que é fundamental, levam em consideração a capacidade da iniciativa privada de absorver esse pessoal e remuneram a iniciativa privada. Em segurança pública não há essa possibilidade. A única experiência que estamos falando aqui é de uma PPP para o sistema prisional, com custo elevado.

Entendo que a CPI precisa também de, no seu relatório, nas suas conclusões, apontar um caminho, uma direção mínima para o financiamento. Vamos falar em fundo? Nós sabemos que todos os orçamentos... Nenhum Governo, nem Federal



nem Estadual nem Municipal, ninguém quer mais ouvir falar em vincular receita à determinada política. Em toda discussão orçamentária de gestão pública, o que menos interessa ao Governo Federal é mais uma política que vincule recurso. No Estado é a mesma coisa, todo mundo precisa de liberdade, até porque não há mais de onde tirar.

Nós precisamos enfrentar essa discussão. Não há como falarmos em enfrentar — vamos ficar só na questão prisional, que é o objeto da nossa CPI —, em resolver o problema, também do ponto de vista da gestão, para identificar quem está preso indevidamente, porque já cumpriu a pena, ou porque não foi julgado ainda e continua numa preventiva ou num flagrante que não se investigou, que não chegou a resultado nenhum. Isso também é problema de gestão, de falta de pessoal, de falta de estrutura, de falta de recurso financeiro e de estrutura de vagas.

Então, se me perguntar qual que é o caminho, eu não sei concretamente, mas não vamos ter a coragem de falar de onde vamos sugerir retirar recurso ou de outra política que dialogue com segurança pública — e poderíamos pensar — ou receita nova. Não tem como encerrarmos os trabalhos desta CPI apenas constatando que temos prisões superlotadas. Para isso não precisava de CPI! Nós já temos isso constatado. Todos nós! Já houve mais de uma CPI, e os profissionais de segurança pública convivem com isso, quem faz movimento de direitos humanos convive com isso. Enfim, é uma realidade já. Não precisava de CPI para constatar isso.

Voltando a financiamento, não sei se dá tempo ainda, talvez nós devêssemos ter feito isto no início: mais de uma consultoria para apontar o recurso necessário e colocar no tempo, em relação temporal, quanto precisaríamos efetivamente para atender à demanda reprimida. Só em Minas Gerais são mais de 200 mil mandados de prisão sem cumprimento. É claro que na hora em que for cumprir alguns deles provavelmente já estarão na prisão, outros já terão morrido. Mas existem quase 200 mil mandados de prisão em aberto.

Então, eu acho que perdemos tempo nesse sentido de não ter identificado essa necessidade logo no início da CPI, para fazer um trabalho de identificação da necessidade desse recurso para um determinado tempo e para a solução dessa demanda reprimida pelo menos.



Outra questão, objeto do tema central da nossa audiência pública de hoje, é trabalho. O Ministério do Trabalho está em uma fase final de lançamento de um programa, de um projeto, Dr. Rafael — e está aqui também Vitório, que é da mesma área de qualificação —, que nos parece que pode ser um caminho interessante para atender a essa demanda da qualificação, não do emprego, porque criar cotas, obrigar empresas a fazer... O método de indução funciona, mas para quem já quer ajudar, cooperar com o processo de ressocialização, para quem já tem responsabilidade social como política de empresa, como valores cristãos, como valores próprios, porque fora disso, ao que nós assistimos...

Eu passei por alguma experiência, por exemplo, como gestor de uma associação de policiais e bombeiros militares em Minas Gerais. Fizemos um convênio com o Tribunal de Justiça para receber egressos do sistema para cumprimento de pena. Primeiro, nós tivemos resistência de colegas, que, ao encontrarem alguém que estava lá no cumprimento de pena, dentro da associação, acharam um absurdo. E verificamos que outras empresas fazem o convênio, assinam a presença e dispensam o camarada, porque não querem problema com o conjunto dos funcionários. Muitos fazem até convênio com o Tribunal de Justiça, mas na verdade apenas alimentam o relatório para poderem cumprir suas partes. Então, é muito difícil falar, transferir para a iniciativa privada essa obrigação, mas são valores que cada um de nós cultiva ou não.

Com relação ao Ministério do Trabalho, à chamada Universidade do Trabalhador, o projeto passa por convênio e está caminhando, via UnB, para uma plataforma de curso e treinamento a distância, em que serão permitidas, abertas as propostas de curso. Por exemplo, se nós queremos atender a uma política do sistema prisional, socioeducativo, podem vir uma associação, uma ONG, um governo, um Município, um gestor da unidade prisional propor um curso de acordo com a demanda.

Vamos pensar nessa penitenciária que V.Exa. visitou lá de 2 mil e tantos presos. *“Ah, nós identificamos aqui que tem um potencial de 200 pessoas querendo fazer o curso xis”*. Então, vamos desenvolver esse curso, porque o Ministério do Trabalho tem a Universidade do Trabalho, numa plataforma com experiência já consolidada, porque o projeto caminha com a UnB, portanto, com expertise



suficiente para dar credibilidade ao sistema como um todo, ainda que não voltado exclusivamente para o sistema prisional — mas pode ter um curso voltado para lá. Ainda não é o emprego, mas é a qualificação. Eu acho que é um caminho. De acordo com o Ministério do Trabalho, podemos caminhar nessa direção.

Eu acho também que a CPI poderia aprofundar um pouco mais e, quem sabe, sugerir no seu relatório algumas condicionantes para a construção de unidades prisionais, no sentido de já ter garantia de espaço de formação e treinamento. Hoje se constrói em função do número de presos que se precisa colocar lá. Às vezes, essa estrutura, que é fundamental para a política de ressocialização, já que estamos falando de reinserção, de recolocação no mercado de trabalho, as unidades não têm. Como deslocar esses presos para outro espaço físico para poder dar curso, ainda que seja por teleconferência, ainda que seja em plataforma *web*? Talvez, pensando em modelos, pudéssemos recomendar que as unidades já garantissem na sua construção, no seu projeto, espaços nesse sentido.

Essa discussão em torno de o preso trabalhar, quando olhamos na perspectiva da vítima, na perspectiva do que o Estado gasta, a tendência natural é dizer que tem que trabalhar — trabalho forçado faz parte do castigo. Mas, quando voltamos para a discussão racional, para a proposição de soluções, obviamente acabamos sentindo — e a CPI permitiu isso, com posicionamentos de todos os lados — que, do ponto de vista da CPI, precisamos avançar na nossa responsabilidade de Parlamentares propondo algumas coisas. Nós temos que trabalhar na perspectiva de criar condições de socialização realmente.

Também devemos debater até onde a CPI pode avançar e recomendar determinados tipos de trabalho, e que não fique só na bola. A bola é uma experiência que todos os Estados têm, porque há demanda. Aí vincula um programa estadual, municipal, de incentivo, junto com a Secretaria de Esporte. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudiovio Carvalho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Finalizando, então, acho que a Universidade do Trabalho precisa ser mais bem colocada aqui, Dr. Rafael. Talvez o senhor pudesse aprofundar o tema um pouco mais, para que a CPI pudesse também identificar isso de forma concreta como política pública da União.



Deputada Erika Kokay, temos escutado muito isto: a tendência do crescimento vertiginoso do encarceramento, ou é uma tendência do crescimento vertiginoso da criminalidade. Eu acho que toda vez que discutimos superlotação apontamos para o crescimento das prisões, dos encarceramentos. A política de hoje é de mais encarceramento. Mas, na prática, estamos também diante da realidade de crescimento vertiginoso de criminalidade. Então, não dá para combater a superlotação apenas com políticas de redução da intervenção do Estado com os cidadãos que infelizmente estão na prática do crime. Existe a outra ponta, que é reduzir a criminalidade também.

Muito obrigado. Nosso tempo encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Nosso tempo encerrou 10 minutos depois do tempo previsto. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Por isso que eu disse que o nosso tempo encerrou, e não que o meu tempo encerrou. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O Deputado Delegado Éder Mauro tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Deputado Laudívio Carvalho, senhor convidado, Dr. Rafael, Srs. Deputados, na verdade, estou aqui mais para agradecer o convite pela participação na visita ao Pará.

Quero parabenizar a Comissão, que coordenou e dirigiu os trabalhos, e todos os Deputados que estiveram à frente investigando e trazendo conteúdos e problemas sobre um tema polêmico, que, tenho certeza, aflige todo o Brasil, que é o encarceramento, o sistema penal, o sistema carcerário brasileiro. Todos nós sabemos que a estrutura é fraca, desatualizada, não tem como suportar as condições dos presos, que vivem em situações degradantes. Essa é uma verdade, uma realidade no País todo, com raras exceções, como no caso de Santa Catarina. Ontem tive oportunidade de conhecer a colega aqui, que narrou alguns fatos que acontecem lá.

Militei durante 30 anos como policial, conheço, estive próximo de todo esse sistema, sei como as coisas acontecem nas cadeias dentro do meu Estado, e não é diferente no restante do País. O certo é que se chegou, em que pese todas as



divergências entre Deputados de bandeiras diferentes, a um fator importantíssimo, em que eu bati ontem, inclusive no Estado do Pará: trabalho.

Preso tem que trabalhar! Ele tem que trabalhar não só para que produza para instituições públicas, mas para ele; para que produza dentro dele mesmo a vontade de se ressocializar, de ter outro valor, que ele pode sair da vida em que estava e procurar outro caminho; para que produza não só para que diminua sua pena com cada dia trabalhado, mas para que produza para o País, para que o Estado, que gasta para que ele esteja lá dentro, possa ter ressarcidos esses valores, em prol da comunidade, do sistema carcerário, e possa investir mais no sistema carcerário.

Foi citado ainda agora pelo Sr. Presidente um presídio gerido por empresas, um presídio público-privado. Isso não deveria ser único, deveria ser em todos os Estados, que, através de legislação competente, deveriam estabelecer as normas sobre o tipo de empresas, o que poderia ser produzido dentro das penitenciárias, criar estruturas e fazer com que os presos selecionados, aqueles que já podem passar para essa fase, trabalhem. Trabalhando vão produzir para o País, vão reduzir sua pena e principalmente, o ponto principal, vão criar valores dentro deles mesmos para poderem ser uma pessoa diferente da que são. Isso é importante. Essa é a minha participação com relação ao sistema carcerário.

Eu quero aqui, em particular, agradecer a visita ao Pará — foram feitas várias a outros Estados —, o convite para participar. Mediante tudo que foi dito, quero dizer que, com relação às críticas feitas a todos os sistemas penitenciários do Brasil, no Pará não é diferente. Ele sofre os mesmos problemas.

Mas quero parabenizar o Estado no que diz respeito ao sistema carcerário feminino, que inaugurou uma estrutura para mães gestantes, presas gestantes, muito bonita. Foi muito importante nós termos visto isto ontem lá, na penitenciária feminina: várias mães — oito, não foi, Deputado? — com seus filhos, algumas com bebês. Foi muito importante termos visto isso. Inclusive algumas que encontrei lá dentro conheci fora: eu, na condição de polícia, e elas, na condição de delinquentes. Uma me abraçou e disse: *“Deputado, eu votei no senhor. A minha vida é esta: estou aqui por questão de tráfico. Abracei o tráfico, porque meu marido também é traficante, foi preso. Eu só tive isso para fazer, para continuar sustentando os outros filhos que a gente tem. E hoje estou aqui.”* Ela me contou e eu perguntei se ela



estava sendo assistida por advogado. Ela disse que estava com defensor, que já estava penalizada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu perguntei para ela: “Agora, o que você pensa?” Ela disse: “Nunca mais. Como estou sendo recebida aqui dentro do berçário, como estou sendo tratada aqui dentro, pelas psicólogas, e por tudo que está acontecendo aqui, a minha vida lá fora, tenha certeza, vai ser outra.” O trabalho é muito importante. Nós esperamos que isso venha a acontecer. Eu queria poder ver isso no País todo, em todos os sistemas carcerários.

Em relação ao fato ocorrido na OAB-PA, com o término do expediente, da visita da CPI ao meu Estado, eu só quero lamentar. Eu me considero parte, membro da OAB-PA, porque há mais de 30 anos, no mesmo ano em que saí da faculdade, eu já estava com minha inscrição efetivada. Só tive que me licenciar porque no mesmo ano passei no concurso para delegado de Polícia. Então, eu faço parte da OAB-PA de coração. Lamento que o fato tenha ocorrido lá dentro, mas não considero culpa sua, e sim de alguns Deputados que articularam aquela situação, como na audiência da CPI sobre os jovens, também lá, criando problemas que não diziam respeito às coisas que estavam sendo apuradas e questionadas.

Eu sei que o alvo principal talvez tenha sido até eu, por outras questões políticas futuras que não vão me atingir. O povo paraense acompanha nossa vida. Então, meu amigo, eu não tenho o menor receio.

Eu só quero lamentar isso ter ocorrido dentro da OAB, lamentar pelos demais colegas Deputados que estiveram lá e pedir desculpas. Mas nós estamos firmes para discutir todos os temas neste País e dentro deste plenário, enquanto aqui eu estiver, em defesa do cidadão de bem. Mesmo com relação aos presidiários, eu estarei também defendendo. Não estarei defendendo bandido, mas o preso em si, para que ele possa sair dessa vida, e estarei defendendo principalmente a família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Muito obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

O Dr. Rafael quer fazer alguma consideração? *(Pausa.)* Pode, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Eu sei. Logo em seguida é V.Exa.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Foram colocadas algumas coisas que são importantes ponderar.

Em primeiro lugar, a Deputada Kokay falou em números. Eu vou dar alguns números que a gente tem.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, eu estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Um minutinho só, Dr. Rafael, eu peço desculpa ao senhor, porque eu também cheguei agora...

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Eu acho que primeiro os colegas estão fazendo suas colocações, para então, depois, V.Exa. responder.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Isso. Inclusive eu acho que ela é a última inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Então, logo depois dela, o Relator vai falar, para que a gente possa fazer as perguntas a ela.

Deputada Carmen, desculpe-me. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - V.Exa. acabou de assumir os trabalhos.

Eu quero iniciar relatando um pouco da nossa visita. Não vou relatá-la toda, porque o Secretário-Adjunto de Justiça e Cidadania de Santa Catarina vai estar conosco aqui na audiência pública, amanhã de manhã, mas eu vou fazer o *link* entre o que nós vimos no Estado de Santa Catarina e o tema da nossa audiência pública de hoje de manhã que foi a questão do trabalho dos egressos.

Eu não tenho a menor dúvida, nobre Relator, de que, a partir do que eu vi em Santa Catarina e do que eu vi também no Pará — por que não? —, no presídio feminino, podemos destacar tudo que existe de bom neste País. É possível, sim, nós qualificarmos, nós possibilitarmos aos detentos a qualificação profissional.

Eu falo aqui de uma qualificação profissional um pouco diferente da experiência da Deputada Erika Kokay, que falou antes de mim, com relação à confecção de bolas. Falo aqui da experiência profissional de homens que estão aprendendo um ofício, como utilizar uma máquina de costura. Há uma grande oficina



no Complexo da Agrônômica onde eles preparam todos os uniformes de todos os detentos do sistema carcerário de Santa Catarina.

Portanto, são homens que podem, sim, segundo o que eles me relataram — eu tomei o cuidado de conversar aleatoriamente com quem ali estava produzindo, em cada uma das oficinas — trabalhar com confecção, como ouvimos aqui do Presidente, o Deputado Laudívio, que estava aqui conosco, sobre a experiência de Minas Gerais: lá há oficinas de empresas como a Berlanda, que faz toda a linha de produção de estofados, desde o recebimento da madeira bruta até a entrega final, com a embalagem desses estofados, que vão para o mercado, como a Olsen, de equipamentos odontológicos que vão desde o estofado da cadeira até os acessórios, e como a Intelbras.

Alguns dos nobres colegas Deputados poderiam perguntar: *“Mas como eles trabalham nesses barracões?”*. Exatamente como se trabalha numa empresa em linha de produção, da mesma forma, utilizando, por exemplo, na parte metal/mecânica, solda, esmeril — o esmeril poderia servir para afiar instrumentos a serem utilizados lá dentro, mas eles estão preparados para exercer atividades das mais variadas.

Eu não vou perder ou atrapalhar a fala do Secretário-Adjunto de Santa Catarina, mas eu quero dizer que isso é possível, sim, a partir da profissionalização. É claro que não nos cabe, enquanto poder público, dizer *“Você vai fazer essa atividade, e você vai fazer aquela”*, mas, dentro das múltiplas possibilidades que um presídio de fornecer a um conjunto de detentos, uma delas é a de eles poderem se profissionalizar.

O que eles relatam? Que com esse vencimento de um salário por mês, do qual ficam 25% para o fundo rotativo — essa é a experiência que nós vamos ver amanhã. Esse fundo rotativo é para a melhoria das estruturas internas, aquelas melhorias básicas do dia a dia, e, portanto, reverte-se em benefício para os próprios detentos, quando se tem uma estrutura bem organizada, bem higienizada, bem adequada para recebê-los e para mantê-los lá dentro, porque tem que haver, no mínimo, dignidade no acolhimento e na manutenção dessas pessoas, que estão cerceadas da liberdade.



Lá no nosso Estado, então, todos recebem. Não era assim. Por muito tempo, tivemos apenas a produção de grampinhos de roupa, a montagem desses grampinhos, e agora se vê toda uma linha de produção. Eles recebem, portanto, um salário mínimo.

Aí vem a minha pergunta: qual seria a possibilidade de o Ministério do Trabalho pensar em uma alternativa para quando esses homens e mulheres saírem?

As mulheres do Pará, que hoje estão numa cooperativa, não sabiam fazer trabalhos manuais e passaram a fazer trabalhos de qualidade. Hoje elas vendem os seus produtos e, com a venda desses produtos, elas compram material, produzem mais — elas aprendem isso desde a contabilidade, porque é uma cooperativa, e elas têm que ter o caixa de entrada dos recursos — e o saldo elas dividem entre elas — falo das mulheres que trabalham na cooperativa —, para comprar materiais de uso pessoal ou, até mesmo, ajudar as suas famílias.

O que o Ministério pensa, o que o Ministério poderia fazer para que esse conjunto de unidades prisionais que já estão com esse diferencial e que pode ser, sim, modelo para o País, dentro das características regionais, possa ajudar na inserção desses ex-presidiários, ex-detentos, após terem cumprido a sua pena, até como forma de incentivo?

Eu acho que nós não temos como legislar e dizer que as empresas, obrigatoriamente, terão que contratar “x” por cento dos egressos do sistema prisional, mas nós temos que pensar em quais seriam os incentivos que o Governo poderia dar para o conjunto de empresas que contratassem essa mão de obra preparada dentro do presídio.

O que esses homens e mulheres relatam para nós é que, além de fazer o tempo passar, porque é angustiante esperar os minutos e as horas passarem, eles ficam ocupados... Eles dizem: *“Nós ocupamos o nosso dia, o tempo passa sem a gente perceber, a gente reduz o período de permanência, a gente se qualifica e a gente tem um dinheiro para quando sai daqui poder comprar a passagem de ônibus, nas visitas, nas liberações”*.

Então, eu acho que existe, sim, saída para a atual situação do sistema prisional brasileiro. Existe. Basta haver boa-vontade. Até mesmo no que diz respeito



à questão dos recursos financeiros, se eles forem bem empregados, bem otimizados, é possível.

Nós vemos um custo interno/mês muito variado no País. Vemos a experiência do público com o público, vemos a experiência mista, do público com a iniciativa privada, e a 100% privada. Independentemente do modelo, os valores são muito díspares, muito diversos, e nós temos que chegar a uma equação, com um valor razoável e aceitável.

Valor razoável e aceitável é um valor que dá todo o atendimento, mas que não precisa ter excesso de gordura ou de folga quando ele é terceirizado, quando ele é misto e quando ele é público, e que não seja subfinanciado, como foi o caso que vimos em algumas unidades do Pará ontem, onde efetivamente o custo não pode ser maior do que aquilo mesmo, porque as condições são péssimas.

O lado bom é que o Estado está construindo novas estruturas, o Estado está preocupado com a contratação de agentes prisionais. Portanto, a gente tem esperanças de que, daqui a 6 meses ou 1 ano, daqui a 1 mês, porque a gente sabe que há uma obra de um presídio feminino no interior do Estado que está pronta para ser inaugurada...

O que me parece é que os Estados despertaram para uma outra lógica no sistema prisional brasileiro, pelas experiências que eu pude ter, e pelas pessoas que eu pude ouvir durante esta CPI. Mas quero reforçar aqui: eles querem trabalhar, sim; eles querem, eles precisam. Todos eles dizem a mesma coisa.

Num presídio próximo de minha cidade, no Município de Frei Rogério, que tem um grande complexo, existem oficinas para todos os gostos. E me disse o responsável pela segurança: *“Pode abrir o portão, que eles não vão fugir, porque eles querem cumprir a pena deles e sair daqui e poder recomeçar a vida deles”*. E era exatamente isso o que os homens que estavam lá cerceados de liberdade diziam para mim durante a caminhada, durante a visita a cada um dos barracões daquelas oficinas.

Então, eu queria fazer este pedido. Nós vamos indicar aqui na nossa CPI a busca de alternativas para a inserção no mercado de trabalho. Agora, é fundamental o Ministério do Trabalho se debruçar sobre essa questão e buscar, sim, alternativas para estimular, através de incentivos, as empresas a contratar essa mão de obra.



Outro pedido é que não se exagere na dose das questões trabalhistas quando se instala dentro dos presídios... Nada de trabalho análogo ao escravo — pelo amor de Deus, não estou falando disso. Estou dizendo que, assim como na experiência que o Deputado viu em Minas Gerais e na que eu vi em Santa Catarina, deve-se ter um critério. Se o critério estabelecido por aquele Estado foi jornada de trabalho de 40 horas com salário mínimo, que seja esse o vencimento que a empresa tem de pagar. Não devemos começar a criar outras dificuldades com outros encargos sociais, porque, aí, não vamos motivar empresa nenhuma a ficar lá dentro. A empresa pode ter um olhar social, mas alguns podem não gostar de saber que aquele equipamento foi produzido dentro de um sistema carcerário.

Portanto, eu quero pedir ao Ministério que também se debruce sobre como regularizar essa situação, para que a gente possa permitir que outros Estados efetivamente insiram os seus detentos na produção interna e os qualifiquem para o mercado de trabalho.

Por último, eu quero entrar em dois temas. Um deles é o de renovar a importância do trabalho da nossa CPI e dizer que, diferentemente daquilo que nós imaginávamos nos primeiros dias de trabalho, que tudo estava perdido, absolutamente, não.

Deputado Éder Mauro, mesmo no Pará, quando vimos aqueles espaços que não são dignos de ninguém, mesmo lá, já pudemos perceber que o Estado do Pará está avançando, sim, com obras novas. Avançou muito.

Eu fui autora de um requerimento que pedia visita ao sistema prisional feminino do Estado, porque eu sou Relatora desse setor, e foi surpreendente. Foi surpreendente, porque quem participou da CPI anterior desta Casa e quem acompanhou o processo de 2010, os relatos de que aquelas mulheres tinham os pés e os mamilos roídos pelos ratos, viu que não é a condição que nós encontramos lá agora.

Nós estamos em 2015, e um espaço físico foi designado a essa situação. Mas eles encontraram a alternativa de alugar uma casa próxima ao presídio feminino, muito próxima, na mesma quadra, e houve condições de adaptá-la e fazer com que as mães permaneçam lá, com os seus filhos a partir dos 6 meses de gestação. A detenta grávida vai para lá com 6 meses de gestação, faz todo o acompanhamento



do pré-natal, ganha o bebê e retorna a esse espaço físico. Ela amamenta por 6 meses no peito, e ela vai ser a responsável por preparar a comida de seu filho. Não são as outras pessoas que ajudam a zelar pela casa, são as mães. Portanto, o elo entre mãe e filho está mantido, a responsabilidade pela manutenção daquele filho, pelo menos até 1 ano de idade, está mantida, o que é muito importante. Então, quero aqui renovar isso.

Por último, quero falar do episódio, porque eu não posso me furtar de falar do que aconteceu na sede da OAB, depois de quatro ou cinco oradores, praticamente no final. Quem já me conhece um pouco aqui na Casa sabe que o meu perfil é muito de mediar, é de ser moderada nas questões.

Eu saí da mesa, fui até o plenário onde, naquele momento, estavam o Deputado Major Olimpio e o nosso colega Delegado Éder Mauro trocando falas com os adolescentes e com parte da plenária que estava lá, acompanhando. Isso é ruim para todo mundo. Se isso foi ruim para os Deputados que trocaram o debate com as pessoas da plenária, foi ruim para nós que estávamos à mesa, foi ruim para as outras pessoas que estavam lá, tanto para o Secretário de Justiça do Estado, quanto para o Diretor Superintendente do Sistema Prisional, o André. Foi ruim para todo mundo. Foi ruim para a representante da OAB.

Eu não sei como fazer, mas eu acho que não podemos mais, nem neste espaço aqui, nem em espaços externos, ter esse tipo de situação. Eu acho que as falas são permitidas e devem acontecer.

Eu não saberia lhe dizer, Presidente, como vamos administrar, porque estamos vivendo isso também no plenário. Nós estamos vivendo isso no plenário. Mas eu acho que nós podemos, no coletivo, buscar amenizar, porque, se um ergue a voz, o outro ergue mais ainda, e daí a coisa fica complicada.

Eu quero lamentar o que aconteceu ontem. Nós poderíamos ter encerrado aqueles trabalhos com muita produtividade. Em que pese ter sido produtivo, sim, nós não precisaríamos ter tido aquele final triste, como eu acho que foi para todos. Para todos, para a equipe técnica que estava lá conosco, para os Deputados e Deputadas — estávamos eu e a Deputada Eliziane, além dos demais Deputados que estavam lá conosco —, para os Deputados Estaduais, para a sociedade civil organizada, para



o Estado do Pará, através de seus representantes, porque não conseguimos efetivamente concluir os trabalhos.

A sessão, a meu ver, foi encerrada porque precisou ser encerrada. Eu não vou questionar o encerramento da sessão, porque eu percebi que o clima estava muito tenso, e o melhor mesmo, no meu entendimento, diferentemente do de outros colegas, era encerrar. Eu entendo que, naquele momento, não havia como restabelecer os trabalhos. Mas isso não é bom para o Parlamento e não é bom para a sociedade.

Quero renovar o compromisso de estarmos na nossa audiência pública hoje à tarde, e amanhã de manhã, já que a nossa CPI não foi prorrogada, o que seria fundamental, porque o acúmulo de experiências que estamos recebendo, de informações e de motivação para apontarmos novos caminhos e melhorias no sistema carcerário brasileiro, é muito. Infelizmente, nós vamos ter que encerrar os trabalhos nesta semana.

Tenho certeza de que nós conseguiremos produzir — e eu estou como Sub-Relatora do sistema carcerário feminino e do setor saúde — um relatório propositivo. Talvez não seja um relatório cheio de dados, mas um relatório propositivo no sentido da alteração da legislação e do cumprimento daquilo que está, em especial, previsto nos orçamentos, pois nós vemos que há orçamentos que não são gastos com os itens que foram previstos, e, por isso, cria-se essa dificuldade para a melhoria do sistema prisional brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito obrigado à Deputada Carmen Zanotto.

Passo agora a palavra ao Deputado Sérgio Brito, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Laudivio Carvalho.

Dr. Rafael Galvão, muito obrigado pela sua presença.

Eu quero parabenizar a Deputada Carmen pelas colocações que foram feitas agora, há poucos instantes, em relação ao que ela pensa do que pode ser feito nos



presídios hoje em relação ao trabalho dos detentos. É uma ideia muito parecida, Deputada, com a minha.

Eu conheço um pouco do trabalho do Ministério do Trabalho em relação a alguns programas federais que tem esse Ministério. E eu não consegui entender, desde o início, por que não foram colocados dentro dos presídios esses programas que são colocados fora dos presídios, como o PROJOVEM, o PROJOVEM Trabalhador, o PROJOVEM Urbano, que são programas muito bons do Ministério do Trabalho. Muito bons! Eu os conheço um pouco, pois, quando fui Secretário da Prefeitura de Salvador, esses programas foram implantados no Estado da Bahia, na Prefeitura de Salvador.

É um programa que vem desde a parte educacional, em que se dá a um jovem semianalfabeto, ou que tenha só o primeiro grau completo, o ensino fundamental em apenas 6 meses. Um jovem de 18 a 29 anos, que nunca trabalhou na vida, que não sabe o que é um trabalho, que não sabe o que é uma profissão, através de PROJOVEM Trabalhador, é preparado durante 1 ano. Ele vai escolher a sua profissão. Ele diz: *“Eu quero ser isso”*. E ele é preparado durante 1 ano e, 1 ano depois, ele está preparado para ir para o mercado de trabalho e competir em igualdade de condições com os outros que já sabem o trabalho. Eu acho interessante esse programa do Governo Federal e acho que ele poderia ser implantado dentro dos presídios.

Nos presídios, temos hoje 53% de jovens entre 18 e 29 anos, e a maioria absoluta é semianalfabeta. Então, esses dois programas — falo desses dois porque são os que eu conheço, mas há o PRONATEC, há outros que podem ser implantados também e que são de essencial importância para eles. Se nós colocarmos programas como esses dentro dos presídios, uns vão aprender uma profissão, outros que vão ser praticamente alfabetizados. Eles saem dali, e existe um programa de incentivo às empresas. Que não seja até de incentivo, mas, se nós temos hoje um custo de 5 mil... Aliás, lá na CPI nós não conseguimos chegar a denominador comum de quanto custa um detento hoje para o País — ninguém sabe: começa de todo preço, começa em 1500 reais e vai até 8 mil reais. É uma coisa impressionante. Não é Deputada?



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Há de todos os preços e para todos os gostos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - De todos os preços e para todos os gostos.

Eu vou dar uma média aqui. Vamos supor que o País gaste — infelizmente, eu não tenho certeza disso — 5 mil reais por preso. A sociedade paga. Depois que eles saem do presídio, eles podem ser inseridos no mercado de trabalho, através dessas empresas que têm incentivo do Governo, que trabalham com o Governo, que têm concessão do Governo. Eles podem trabalhar recebendo pelo menos um salário mínimo, um e meio ou dois. Isso eu digo porque já há alguns Estados no Brasil, dois Estados, basicamente, onde já há isso. Já estão colocando isso. São Paulo é um deles; o outro, se eu não me engano, é Minas Gerais, se eu não estou equivocado. Já há lei estadual em relação a isso.

Então, é uma ideia de que esse preso... Você não vai dar o dinheiro ao preso, você vai dar o dinheiro à empresa, para que ela pague ao preso pelo trabalho que ele vai exercer, depois que sair da prisão. Se ele sai da prisão hoje e, chegando à porta da prisão, olha para um lado e não vê nenhum familiar a sua espera, olha para o outro e já há um carrinho lá com dois ou três indivíduos o esperando para assaltar: *“Entra aqui no carro, vamos assaltar. Você não tem emprego, não tem nada. Sua família vai viver de quê?”*. Então, se nós possibilitarmos que ele saia da prisão é vá diretamente para o mercado de trabalho, subsidiado pela sociedade por pelo menos 1 ano com um salário mínimo ou um salário mínimo e meio, para depois ele tocar a vida. É a ressocialização com a reintegração social. Ressocialização é uma coisa, reintegração é outra completamente diferente.

Então, nós temos esse pensamento. Eu vou apresentar hoje, já esperando o sub-relatório de V.Exa., Deputada, para nós apresentarmos o relatório final hoje à tarde. Eu tenho essa ideia. Vou apresentar aos colegas da CPI essas ideias.

Quero só colocar para o senhor duas ou três questões em relação a esse tipo de coisa.

Primeiro, quais são as políticas públicas realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em relação ao que a Deputada Carmen Zanotto acabou de citar, aos egressos do sistema prisional e aos indivíduos em cumprimento de pena?



Segundo, existem novos projetos em andamento de políticas públicas a serem implantadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego com a finalidade de auxiliar a profissionalização do egresso?

Terceiro, que alterações legislativas poderiam ser implementadas com a finalidade de auxiliar a profissionalização do egresso?

Quarto, quais são as dificuldades para se implementar um programa efetivo de emprego para egressos do sistema penitenciário? O problema cultural e a discriminação ainda são problemas a serem enfrentados?

Quinto e último, do seu ponto de vista, o fato de os postos de trabalho dentro do sistema carcerário estarem longe de ser o ideal é por causa da falta de interesse dos gestores em buscar empresas que atuem dentro das unidades? Ou é porque as empresas não têm interesse, mesmo com todos os benefícios oferecidos pelo sistema, como o local e as contas de água e luz.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem. Eu vou passar a palavra ao Sr. Rafael Oliveira Galvão, por 5 minutos.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Em primeiro lugar, eu acho importante a gente, *en passant*, citar quais são os projetos que existem. O que acontece? V.Exa. citou o PROJOVEM. O PROJOVEM Trabalhador, na submodalidade Juventude Cidadã, que a gente utiliza no Ministério do Trabalho, visa evitar que o menino chegue à penitenciária. São jovens de 18 a 29 anos que têm renda familiar de um salário mínimo *per capita*. Existe uma legislação que trata sobre isso, ou seja, não há uma flexibilidade. Agora, nada impede que haja um PROJOVEM voltado tão somente para a questão do jovem encarcerado.

No que tange a novos projetos, Neste mês começa uma série de debates, primeiro, internos, do Ministério do Trabalho; depois, externos, com as universidades federais: é a rediscussão do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Setorial de Qualificação. PLANSEQ (setorial): dentro da economia produtiva, qual é a demanda? PLANTEQ (territorial): quais são as características daquela região? Por exemplo, no Rio de Janeiro, já houve o PLANSEQ Carnaval, porque o carnaval emprega, durante o ano inteiro, uma quantidade exorbitante de pessoas, desde escultores a serralheiros, passando por gente que trata de iluminação.



Há, em algumas áreas, por exemplo, ações muito interessantes do Governo Federal. No Ministério da Cultura eles têm um projeto muito bonito chamado CEUs das Artes — Centros de Artes e Esportes Unificados, onde também se pode qualificar o jovem.

Agora, eu acho que tem que haver uma maior integração das ações, porque, a exemplo do PRONATEC, e diferentemente do Plano Nacional de Qualificação — PNQ e do PROJOVEM, há dois tipos de qualificação. Há a qualificação profissional, ou seja, tudo aquilo que tecnicamente ele precisa aprender para ser um bom profissional, mas também há a qualificação social. Ele, primeiro, tem que fazer a qualificação social, ou seja, cidadania, direitos trabalhistas e até questões de saúde, de higiene pessoal: existem pessoas no Brasil que perdem parte do corpo por questões de higiene — dados da Somália, não da sexta economia do mundo.

O PNQ tem, o PROJOVEM tem, mas não tem... Essa é até uma conversa que temos tido muito com o MEC. O MEC tem que ser parceiro fundamental, porque praticamente as ações de qualificação no Brasil estão hoje sediadas no Ministério da Educação.

Além disso, a gente tem a Universidade do Trabalhador, que é qualificação a distância, em que se pode utilizar desde a plataforma até o telecurso, até o rádio, via satélite. É um projeto que até o final do ano estará saindo do forno no Ministério do Trabalho e que poderá ser, efetivamente, voltado também para a população carcerária.

No que tange a alterações da legislação, seria interessante uma proposta desta Casa de um PROJOVEM voltado para a população carcerária, já que o jovem negro de periferia é o perfil efetivo de quem está lá.

No que tange à inclusão, existe esse projeto do Conselho Nacional de Justiça — CNJ com o MTE que dá um selo às empresas que efetivamente se solidarizarem... Porque, Deputado, o fato é que a gente tem que mudar uma cultura, e não se muda cultura da noite para o dia. A gente vive em uma sociedade de consumo. Tanto a Justiça quanto a polícia — eu falo de uma forma genérica — têm uma visão muito patrimonialista. E a gente precisa ter a visão de que quem está ali também é um ser humano e de que ele precisa ser ressocializado, não porque a sociedade seja boazinha, mas para que a sociedade não perca talentos, não perca



valores. Se a gente ficar só com a política de que *“bandido bom é bandido morto”*, como existe em muitas áreas...

Eu vou citar um filósofo que a gente cita pouco. Ele falava o seguinte: *“O homem nasce bom. Quem o corrompe é a sociedade.”* Rousseau dizia isso. O meu Secretário Giovanni Queiroz fala assim: *“Ninguém nasce bandido”*.

Então, a gente precisa ter essa visão. E, aí, o empresário é importante, porque não é só o estímulo financeiro de impostos ou de isso ou daquilo, ou um selo que vai fazer a propaganda da empresa como uma empresa solidária, mas é a visão de que ele está dando uma nova chance a um ser humano que precisa, que quer, que busca. Se falhar de novo, ele volta; mas, se não falhar, ele está lá e pode trazer lucro.

Aí eu pergunto, Deputado: uma penitenciária não pode ser lucrativa? Pode. Uma penitenciária pode ser lucrativa? Precisa ser somente uma empresa privada fazendo essa parceria? Por que não ter uma empresa pública também? Aqui, em Brasília, há a Fábrica Social, mas aí é contratada. Eles fazem desde uniformes para estudantes a roupas de cama para os hospitais. Por que não transformar essas penitenciárias em algo produtivo, efetivamente, que possa dar lucro, que seja — vou usar o termo que é o termo da moda — autossustentável. E aí não vai ser preciso o Estado toda hora estar colocando... Vai ser até uma fonte de renda para o próprio Estado. Isso pode ser feito.

Essa visão de penitenciária como campo de concentração de pessoas que se segrega e bota lá é uma visão fascista. Por que não ter uma penitenciária escola? A educação é o único instrumento que pode transformar a sociedade, a educação e o trabalho, que, como disse a Deputada Erika Kokay, dão significado à vida. É aquilo que ela falou sobre que o trabalho nos marca. Ele nos marca até corporalmente: quem trabalha com enxada tem a mão com calo; quem trabalha sentado, normalmente, por causa da má postura, tem problema de coluna; quem é locutor em qualquer lugar está falando com a voz empostada — são os vícios bons do trabalho.

Então, eu acho que o que é preciso são ações integradas, uma participação maior desta Casa. A importância que esta Casa tem para a sociedade eu acho que transcende a própria ação que ela tem hoje. E ela pode cobrar isso, e podem vir do Legislativo essas proposituras. Queremos esse tipo de qualificação voltada para



esse tipo de gente, porque, quando vier desta Casa, do resultado desta CPI, que quem está lá não é lixo, mas é ser humano, e que todo ser humano que quiser se ressocializar terá esse direito, porque não é só bom para ele, mas é bom para a sociedade... Nós, fazendo bem aos outros, estamos fazendo bem a nós mesmos. É uma visão efetiva, não é uma visão da caridade: *“Eu vou ajudá-lo porque é um coitado”*. “Coitado” é um termo terrível. *“Eu vou dar oportunidade para que ele possa voltar a ser cidadão, porque nós precisamos dos talentos e dos dons que esse caboclo tem”*.

Então, talvez o mais importante nisso tudo seja a mudança de cultura, e a gente muda a cultura com contracultura.

No que tange à qualificação, eu concordo com a Deputada quando fala não somente da questão da bola, disso ou daquilo, porque fica muito limitado. Há, por exemplo, prisões no Rio de Janeiro que são um polo audiovisual. Por que não qualificar pessoal para a área de cultura? Por que não qualificar toda a área técnica de iluminação, cenografia? Por que não? É possível.

Agora, neste mês, a gente começa a reformulação do Plano Nacional de Qualificação. E eu asseguro a vocês que vai haver um espaço efetivo para a questão de todos os grupamentos de excluídos: sistema prisional, índios e também homossexuais. Às vezes o garoto — é uma demanda que também veio ao Ministério — que é travesti é quase expulso da sala de aula, porque a escola não o acolhe, e ele não pode ter outra profissão que não ser prostituto. Sem fazer juízo de valores, cada um tem o direito de poder escolher a profissão que quer.

Há um termo bíblico chamado cidade de refúgio: quando alguém cometia um delito, na Antiguidade, no Oriente Médio, ele, com medo de ser pego, linchado, ser morto na covardia, ia para a cidade de refúgio. Na cidade de refúgio ele sabia que iria ter um julgamento justo e que iria cumprir a sua pena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudio Carvalho) - Estou fazendo anotações. O termo, então, é cidade de refúgio.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Então, eu acho muito importante que a prisão seja isto: uma cidade de refúgio em que se possa tentar se ressocializar. Há pessoas que nunca mais irão se ressocializar. Essas têm que ser tratadas com o mínimo de dignidade humana. Mas quem quer tem que ter o direito à igualdade de



oportunidades. Muitas pessoas estão lá porque não tiveram igualdade de oportunidades, não tiveram acesso.

Deputado, eu falo isso com uma visão muito empírica. Eu sou natural do Rio de Janeiro, de uma comunidade chamada Cesarão, e eu digo ao senhor que eu fui alcançado por um projeto social do Prof. Darcy Ribeiro e do Governo Leonel Brizola chamado CIEP — Centros Integrados de Educação Pública. No CIEP, tínhamos aula, tínhamos cultura — havia um agitador cultural — tínhamos biblioteca, tínhamos pais sociais: o garoto que sofria violência em casa era tirado do que, na época, era chamado de pátrio poder e ficava com um casal — normalmente, um policial militar e sua esposa ou um bombeiro e sua esposa —, que cuidava da criança, que tinha alimentação, tinha de esporte e lazer.

Eu talvez não estivesse aqui, se não tivessem atravessado o meu caminho o Prof. Darcy Ribeiro e o Governo Leonel Brizola.

Por que eu estou falando isso? Porque a educação transforma. É a educação que vai dar valor às pessoas. Como o Deputado Delegado Éder Mauro colocou, são valores: a questão é axiológica. Se você só aprendeu que ser gente é ser aviãozinho do tráfico, no dia em que você vir que o mundo está além da boca de fumo, que o mundo é muito maior que ela e que você pode ser um agente transformador desse mundo, você vai ver que aquele *status* de mentira não vai mudar a sua vida, o que vai mudar são esses valores aqui.

A ação de que a Deputada Erika Kokay falou, do rapaz que faz as bolas, é uma ação religiosa. Ele se converteu dentro da prisão. Eu fui lá e vi. Na época em que fui Subsecretário de Trabalho aqui no Distrito Federal, fui lá e vi a transformação, porque foi uma mudança de valores, valores como os que o senhor colocou: valores cristãos e humanistas, valores em que se enxerga o ser humano além dos seus delitos e penas — além dos delitos e penas.

É importante para todos nós esta reflexão de que é importante uma mudança de cultura, e de que esta Casa pode ser um instrumento poderoso para isso. Tenham no Ministério do Trabalho um parceiro. Estamos num momento de reformulação de todos os projetos: estamos com um passivo muito alto de prestação de contas e estamos com uma força-tarefa para diminuí-lo, porque há até impedimento de fazermos um acompanhamento disso.



A maior parte das ações de qualificação está a cargo efetivamente do MEC. Dando os números de que a Deputada Erika Kokay falou, nós temos 22.518 vagas do PRONATEC Carcerário, que é do MEC, com uma demanda que é do Ministério da Justiça.

O MEC é o grande gestor do PRONATEC, e há os grandes demandantes: Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e os demais. Essa é uma demanda efetiva do Ministério da Justiça. Talvez o que falte seja efetivamente uma integração dessas ações, até para torná-las mais baratas, para o custo cair.

Bem, no mais — não sei se pude elucidar tudo da forma como os senhores gostariam —, estou à disposição desta Casa, e o Ministério do Trabalho também.

Agradeço o convite... Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Para mim não ficou claro se há algum estudo dentro do Ministério do Trabalho para reinserção, para inclusão dos egressos no mercado de trabalho, com estímulos para as empresas que os contratarem.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - O que existe hoje é essa ação junto com o Conselho Nacional de Justiça que, primeiro, torna prioritários, na questão do sistema SINE, os egressos, assim como os portadores de deficiência e também aqueles que estão no seguro-desemprego. Esses, no Sistema Nacional de Emprego — SINE, que inclui intermediação de mão de obra e qualificação, já são prioritários.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A minha pergunta é outra: existe algum estudo no Ministério do Trabalho para dar algum benefício à empresa que buscar contratar essa mão de obra?

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Sim, dentro dessa parceria, há esse benefício. Ela vai receber um selo. Assim como há a Empresa Amiga da Criança, da ABRINQ, haverá um selo social para que se estimule o empresário abraçar a questão.

Agora, no que tange à qualificação profissional de forma efetiva, nós estamos reformulando o PNQ, e tenham certeza de que daremos prioridade, entre outros grupos, ao grupo dos encarcerados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Queria o Sr. Rafael desse uma pequena explanação, rapidamente, sobre a questão do auxílio-reclusão: como ele funciona, a quantidade que existe no sentido do auxílio à família do presidiário. O senhor têm essa noção ou isso não é com sua equipe?

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Não é necessariamente conosco, mas eu posso pegar todas as informações e transmiti-las para o senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu gostaria disso, porque essa é uma questão que tem sido muito criticada até pelas pessoas que não sabem exatamente como funciona o auxílio-reclusão. Pelo que se fala, é o caso daquele presidiário que já contribuía com o INSS e que acaba recebendo uma parcela desse recurso para o auxílio à família.

Nós temos discutido aqui — eu tenho levantado essa questão — talvez lincar esse auxílio-reclusão — eu acho que alguns realmente precisam, para que a família não entre no crime —, dar esse auxílio reclusão, mas mediante um trabalho do apenado. Ele trabalharia e, com justiça, esse auxílio seria dado à família. Se não trabalha, não ganha. Até porque eu acho que isso não é uma lei: é uma portaria ou alguma coisa desse tipo que foi feita.

Eu queria um esclarecimento a respeito desse assunto, para a gente poder trabalhar em cima dessa tese.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - Eu vou verificar e encaminhar para o senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Obrigado.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA GALVÃO - De nada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero agradecer ao Diretor do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, o Rafael Galvão. Agradeço também aos senhores que estiveram presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, convoco os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se hoje, dia 14 de julho, às 14h30min, no Plenário 13 do Anexo II, para realização de audiência pública sobre



assuntos relacionados ao objeto de investigação desta CPI e para discussão e votação do relatório final da CPI.

Está encerrada a presente reunião.